

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
MINISTÉRIO DO INTERIOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PARA O MUNICÍPIO DE CARIACICA
COMPONENTE C.40

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA
(VERSÃO FINAL)

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

58500585

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PARA O MUNICÍPIO DE CARIACICA
COMPONENTE C.40

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA
(VERSÃO FINAL)

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
MINISTÉRIO DO INTERIOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PARA O MUNICÍPIO DE CARIACICA
COMPONENTE C.40

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA
(VERSÃO FINAL)

JANEIRO/85

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Mário Andreazza

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

Vicente Santório Fantini

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho

SUPERVISÃO

Fernando Augusto Barros Bettarello

COORDENAÇÃO

Maria Heloisa Dias Figueiredo

EQUIPE TÉCNICA

Angela Maria Baptista

Esther Miranda do Nascimento

José Luis de Almeida

Maria Heloisa Dias Figueiredo

Rovena Maria Carvalho Negreiros

Sandra Carvalho de Berredo

Sarah Maria Monteiro dos Santos

Táurio Lucilo Tessarollo

ESTAGIÁRIOS

Ana Paula Carvalho Andrada

Rogério Pedrinha Pádua

Vera Lúcia Tamara Ribeiro

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

APRESENTAÇÃO

A proposta de elaboração da Política de Desenvolvimento Urbano para o Município de Cariacica surgiu pela necessidade de detalhamento do Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória a nível dos municípios, e por exigências do CNDU e do Projeto Especial CPM/AUV.

O anteprojeto do PDU, foi elaborado em 1981, durante a gestão do Prefeito Aldo Alves Prudêncio, pelo IJSN, em articulação com representantes da PMC, e aprovado no mesmo ano pelo CNDU, fazendo parte do Projeto Especial CPM/BIRD.

A proposta original do projeto compreende 5 etapas:

- a) Realização dos Estudos Básicos da População, do Meio Ambiente, do Uso e Ocupação do Solo, da Organização Sócio-Econômica e da Estruturação Administrativa do Município;
- b) Discussão dos Estudos pelos vários setores da comunidade e estabelecimentos das diretrizes para formulação do PDU;
- c) Formulação da Política Urbana;
- d) Elaboração dos seus instrumentos de ação;
- e) Atendimento das exigências de ação imediata.

Durante este período de desenvolvimento do projeto, foram elaborados os Estudos Básicos previstos, o Quadro Geral do Município, além dos produtos aqui apresentados ou sejam, Objetivos Gerais e Específicos, Subsídios para Política de Desenvolvimento Urbano e Minuta da Legislação Urbanística. (Em anexo a descrição do material elaborado).

Se por um lado, durante a realização das primeiras etapas do projeto, foi possível o desenvolvimento dos trabalhos de uma forma mais isolada pela equipe do IJSN tendo se restringido a articulação com a PMC mais a nível técnico, por outro, consideramos ser imprescindível para realização das demais etapas um envolvimento efetivo da PMC e da população do município.

É também difícil se pensar em uma Política de Desenvolvimento Urbano para um município sem que se tenha garantido o respaldo estadual e federal para sua viabilização.

Com a perspectiva que se avizinha de mudanças no quadro político nacional, é possível de se esperar medidas que busquem a descentralização das decisões, bem como dos recursos tributários viabilizando a execução de projetos e programas elaborados pelos órgãos municipais.

Como ficou evidente no documento *Quadro Geral do Município* (IJSN - Agosto/84), Cariacica é hoje um município carente, onde a maioria de sua população não tem acesso aos benefícios urbanos de uma cidade.

Problemas como: a precariedade organizacional do município, a má distribuição da renda real do município; a deficiência dos serviços urbanos básicos; o processo desordenado de parcelamento e ocupação do solo; a retenção de grandes vazios urbanos para fins especulativos, significando maiores custos de urbanização; a deterioração do meio-ambiente, a fragilidade das organizações sociais associados a outras questões, resultam numa grande espoliação de toda a população do município, tornando cada vez mais urgente, o traçado de uma Política Urbana Municipal, não sendo suficiente uma política de ações isoladas visando a amenização de tais problemas.

Torna-se necessária uma Política Urbana que numa proposta abrangente tente abarcar e orientar o crescimento do município, onde cada ação em determinado setor esteja sintonizada ao conjunto e tenha resultados efetivos, sob o comando esforços. É preciso que a Prefeitura tenha as diretrizes básicas

que balizem não sō a açāo de suas secretarias, mas tambē a açāo dos diferentes ōrgāos das esferas estaduais e federais que atuam no municīpio. Por outro lado, tambē o capital privado deve atuar segundo uma orientaçāo bāsica dada pela necessidade da populaçāo do municīpio e regulada pela Prefeitura.

Entendemos que a Polītica de Desenvolvimento Urbano de Cariacica, sō se concretizarā, se tiver como meta, a transformaçāo da forma como a cidade ē hoje produzida e consumida, buscando uma distribuiçāo mais justa para toda a populaçāo municipal dos benefīcios urbanos.

No entanto, o alcance de tal meta sō se viabilizarā se a Polītica Urbana contar com a participaçāo efetiva dos organismos populares nāo sō em sua elaboraçāo, mas tambē no processo de definiçāo do espaço.

Portanto, aguardando a viabilizaçāo de tal metodologia e das condiçōes de operacionalizaçāo da proposta de elaboraçāo da Polītica de Desenvolvimento Urbano para Cariacica, ē que ordenamos neste volume os seus Objetivos Gerais e Especīficos, bem como, alguns subsīdios para a Polītica Urbana, Econōmica e Social, e a minuta da Legislaçāo Urbanīstica. Convē ressaltar que alguns aspectos fundamentais, destacando-se aī a questāo Ambiental e do Associativismo, deixam de ser tratadas mais especificamente, neste documento, devendo essa lacuna ser preenchida quando se der continuidade ā implementaçāo do Projeto, sob a ōtica de uma nova metodologia.

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
A. OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA O MUNICÍPIO DE CARIACICA	9
B. ESTRATÉGIA DE AÇÃO	17
B.1. ESTRATÉGIAS AMPLAS	17
B.2. ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS	18
1. Setor Habitacional	18
2. Sistema Viário e Transporte Coletivo	22
3. Meio Ambiente e Saneamento Básico	23
4. Geração de Emprego e Renda	26
4.1. Aumento dos Gastos Públicos	26
4.2. Apoio à Microempresa	28
4.3. Apoio ao Setor Informal	35
5. Setor Social	38
5.1. Subsídios para a Política Setorial de Cultura	38
5.2. Subsídios para a Política Setorial de Saúde	42
5.3. Subsídios para a Política Setorial de Educação	48
ANEXO	55
- Anexo 1: Descrição do Material Elaborado pelo Componente C.40: Elaboração da PDU de Cariacica.	

A. OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA O MUNICÍPIO DE CARIACICA

Os objetivos gerais configuram metas a longo prazo, não definidas concretamente. Estes objetivos não são quantificáveis, mas definem rumos e intenções gerais, mesmo que fora do alcance direto da administração municipal.

O entendimento do processo de desenvolvimento como sendo a *liberação do potencial produtivo e vivencial de um agrupamento social, no caso, a população de Cariacica* -, e a *apropriação dos seus efeitos pelo próprio grupo*¹, bem como a compreensão do quadro atual do município e dos processos que o conformaram nos permite estabelecer como Objetivos Gerais da Política de Desenvolvimento Urbano:

- 1) O fortalecimento da identidade cultural e política do município de Cariacica.
- 2) O fortalecimento da identidade política da população, levando-a a assumir integralmente a cidadania.
- 3) O aumento geral da renda do município, seja pela retenção das rendas geradas seja pelo aumento da produção com especial atenção à produção de alimentos, e aos setores dinâmicos da economia de Cariacica.
- 4) O aumento da renda familiar da população, vinculado diretamente ao objetivo anterior, considerado entretanto do ponto de vista de sua distribuição e seus efeitos concretos. Dois aspectos devem ser destacados neste objetivo:
 - o aumento do número e qualidade dos empregos
 - a redução dos gastos familiares em especial aqueles decorrentes da condição de vida da população como: saúde, habitação, educação, lazer, alimentação e transporte.

¹Conclusão do Seminário Interno de Avaliação - (Maio/82).

- 5) A garantia de condições ambientais adequadas a vida da população, seja pela preservação do equilíbrio ecológico, pela prevenção e controle de poluição e outros problemas potenciais, ou ainda, pela recuperação e melhoria das condições sanitárias, ambientais, como também paisagísticas.
- 6) O ordenamento da expansão urbana, seja pelo adensamento da área ocupa da, pela contenção e direcionamento dos novos assentamentos, pela estruturação e polarização interna da malha urbana.

Estes objetivos gerais, se desdobram em objetivos específicos de Políticas Setoriais permitindo a elaboração de Planos Gerais e Específicos de ação.

A despeito da interligação que guardam entre si, são consideradas aqui três políticas setoriais:

- a Política Ambiental e Urbana
- a Política Social e Econômica
- a Política Jurídico Administrativa

POLÍTICA AMBIENTAL E URBANA

. São Objetivos da Política Ambiental e Urbana:

- 1) Preservar as condições ambientais, de interesse sócio-econômico amplo como:
 - As áreas necessárias à manutenção dos ciclos de vida ou o equilíbrio ecológico, como por exemplo, os manguezais e a reserva de Duas Bocas, estabelecendo um corredor entre os dois ao longo do Rio Santa Maria e Duas Bocas.
 - Os resíduos de vegetação primitiva, por exemplo, o de floresta paludosa existente ao norte do município, e da Floresta Atlântica de Encosta. (esta já protegida por Lei Estadual).
 - Os mananciais de água potável, mantendo-os livres de poluição indus

trial e doméstica, por exemplo, a Bacia do Rio Duas Bocas e do Rio Santa Maria.

- As bacias hidrográficas ou suas partes ainda não afetadas por poluição industrial ou doméstica.
- As condições gerais do ar atmosférico.
- As áreas propícias à agricultura ou com potencial de recursos naturais extrativos a serem explorados, de maneira condizente, por exemplo, aquelas da região de Piranema.

2) Evitar o surgimento ou a ampliação de problemas decorrentes da urbanização em:

- Áreas sujeitas a erosão especialmente as encostas de
 - . Solos ricos em carbonatos.
 - . Áreas de declividade acentuada, em especial, nos solos de formação barreiras, nas calhas dos cursos d'água.
- Áreas sujeitas a inundação ou alagamentos.
- Áreas de condições desfavoráveis ao abastecimento de água potável ou ao esgotamento sanitário.

3) Conter e encaminhar soluções de problemas já existentes decorrentes da urbanização, como:

- Saneamento das bacias mais ocupadas por ordem de prioridade
 - I. Córrego Campo Grande.
 - II. Rio Itanguã ou Córrego Piranema, no trecho abaixo da BR 101, Contorno.
 - III. Córrego Jardim América.
 - IV. Bacias secundárias ligadas ao Rio Marinho.
 - V. Bacia do Córrego que drena a Invasão do Rio Marinho.

- VI. Bacias de Pequeno Porte, ligadas à Baía de Vitória que drena o aglomerado de Porto de Santana.
- VII. Bacia do Rio Bubu, no trecho abaixo da BR 101 - Contorno. (exceto as bacias secundárias que desaguam nos manguezais de sua foz).
- VIII. Bacia do Rio Piranema, acima da BR 101 - Contorno.
- IX. Bacia do Rio Formate, a sul da BR 262.
- X. Bacia do Rio Bubu, acima da BR 101 - Contorno, no trecho compreendido entre esta rodovia e a estrada de Cangaíba.
- XI. Bacia do Corrego Vasco Coutinho, até seu leito, preservando-se a margem norte.

4) O adensamento da ocupação, prioritariamente:

- Pela ocupação dos terrenos vagos nos loteamentos já implantados.
- Pela urbanização e ocupação das glebas vazias e não parceladas in ternas às áreas urbanizadas.

5) A contenção da urbanização ou novas ocupações:

- Nas glebas distanciadas ou não contíguas às áreas efetivamente ocupadas.
- Nas glebas cujo atendimento dos serviços básicos infra-estruturais co mo água, energia elétrica, transportes, iluminação pública, obrigue a extensão de suas redes em prejuízo de áreas com redes subutiliza das ou inaproveitadas.
- Nas glebas situadas em áreas de interesse ecológico a serem preserva das, ou nas glebas que de algum modo lhes venha afetar.
- Nas glebas com efetivo potencial econômico, natural, seja pela quali dade de suas terras propícias à agricultura, seja pela presença de recursos naturais exploráveis.
- Nas glebas situadas em bacias hidrográficas ou em setores delas, ain da não afetadas por poluição de águas de despejos domésticos, indus triais, ou de qualquer outra espécie.

6) O estabelecimento de uma estrutura de polarização assim orientada:

- Fortalecimento do polo urbano principal em Campo Grande, como centro de animação ao nível do complexo urbano da Grande Vitória;
- Manutenção de um polo, em nível urbano, com caráter complementar e especializado em Jardim América;
- Fortalecimento de um polo secundário em Itacibã, articulando os bairros situados a Norte da BR 262, tendo como polo complementar Porto de Santana.
- Estabelecimento de um polo secundário em Bela Aurora, com funções semelhantes às aquelas de Itacibã, para os bairros situados ao sul da Rodovia BR-262.
- Estabelecimento de centros, definidos em cada bairro, integrando serviços, comércio, lazer, convivência social e cultural.

7) Estruturação e articulação interna da cidade adequando o sistema viário e as linhas de transporte coletivo a este objetivo. Implantar um sistema de vias de caráter urbano e arterial que:

- Articule as regiões sul e norte do município entre si, e essas, ao centro de animação de Campo Grande.
- Articular o município às áreas urbanas dos municípios vizinhos - Vila Velha e Viana.

POLÍTICA SOCIAL E ECONÔMICA

São objetivos da Política Social e Econômica do Município:

- 1) O aumento indireto da renda familiar da população, significando a redução de gastos familiares através da atuação da prefeitura concentrada na saúde pública, compreendida aqui, não apenas como a prevenção de

doenças, mas especialmente na redução de custos de alimentação e a melhoria ambiental como limpeza pública e saneamento básico.

- 2) O aumento da renda do município significando especialmente o aumento da oferta de empregos.
- 3) O aumento da produção no município, especialmente:
 - No setor agrícola e na produção de alimentos básicos, de modo a tornar Cariacica um pólo abastecedor de hortícolas para a Grande Vitória, bem como melhorar o abastecimento de alimentos do próprio município;
 - No setor industrial, o aproveitamento dos minerais não metálicos disponíveis - pedreiras e olarias - voltados para a construção;
 - A exploração racional dos mangues, de modo a garantir, de um lado sua preservação, e do outro, a utilização de sua capacidade produtiva como fornecedor de crustáceos e mariscos para Grande Vitória.
- 4) Retenção de maiores parcelas da renda gerada no município através:
 - Do apoio ao principal setor dinâmico da economia de Cariacica, o comércio e os serviços de apoio rodoviário - transportes, cargas, restaurantes, hotéis, oficinas;
 - Do reforço da posição de Cariacica como entreposto rural, comercializando a produção rural dos municípios vizinhos, e fornecendo a estes insumos agrícolas e bens de consumo;
 - Do apoio à produção e a comercialização dos produtos rurais do município favorecendo em especial sua coleta e distribuição;
 - Do reforço do abastecimento local, seja pela promoção dos pólos locais de comércio como também pela implementação de centros abastecedores nos bairros;
 - Do apoio às pequenas indústrias locais em especial nos ramos mais dinâmicos - bens de consumo corrente e artigos relacionados à construção civil.

- 5) Aumento da transferência, a fundo perdido, de recursos estaduais e federais.
- 6) Fortalecimento da identidade política da população significando especialmente o reforço dos instrumentos de participação da população nos processos decisórios particularmente nos assuntos de seu interesse imediato.
- 7) O fortalecimento cultural da população, particularmente o fortalecimento dos laços internos no município, dos elementos de valor simbólico, e das diversas formas de manifestações culturais.
- 8) O fortalecimento do convívio e da vivência social nos bairros, pela implantação de serviços e equipamentos, que configurem uma polarização local com caráter de centro de bairro, abrangendo espaços para atividades de lazer, convivência, comércio e serviços;
- 9) A integração física interna ao município, com a interligação dos bairros e fortalecimento da polarização conforme proposto na Política Setorial Ambiental e Urbana.

POLÍTICA JURÍDICO ADMINISTRATIVA

São objetivos da Política Administrativa:

- 1) Fortalecer a Prefeitura, especialmente perante os órgãos estaduais e federais, levando-a a assumir efetivamente o papel que lhe cabe de coordenadora das políticas ao nível do município, em especial no que diz respeito ao espaço físico urbano.
- 2) Aumentar a eficiência do sistema administrativo seja pelo planejamento de suas ações, pela sua reorganização e pelo treinamento de pessoal para o exercício das funções.

- 3) Aumento das receitas, seja pela melhoria do sistema de recolhimento, seja pelo aumento das transferências estaduais e federais.
- 4) Estabelecimento de um suporte legal às ações municipais, particularmente no campo de sua organização interna, ordenamento do espaço urbano e tributação.
- 5) Estabelecimento de canais adequados para a audiência dos interesses comunitários.

B. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Uma vez colocados os objetivos gerais a serem atingidos pela Política de Desenvolvimento Urbano, é possível estabelecer algumas estratégias de ação para a Prefeitura.

B.1. ESTRATÉGIAS AMPLAS

- a) Racionalizar os investimentos públicos municipais preconizando a concentração desses investimentos em políticas sociais, em especial no complexo *saúde*, entendido aqui em seu sentido amplo, que abarca as questões da alimentação, do saneamento básico e da saúde assistencial (preventiva e curativa). Por outro lado é necessário traçar uma política de captação de recursos visando o aumento dos gastos públicos. A ação municipal, no investimento público surge da necessidade de se buscar instrumentos alternativos que possam maximizar a criação de empregos de modo a atenuar os problemas gerados pelas políticas econômicas recessivas do governo federal.
- b) Promover a organização comunitária como base para seu próprio desenvolvimento, através do incentivo às atividades comunitárias, ao associativismo, assim como a criação de canais (conselhos setoriais por exemplo) que possibilitem a participação popular nas decisões.
- c) Implementar a prática de conscientização da população, utilizando técnicas modernas de comunicação e informação, esclarecendo-a quanto a seus direitos (por exemplo na compra de lotes em loteamentos irregulares) e quanto à conservação da cidade, enquanto bem público, evitando atitudes depredatórias.

- d) Garantir que as ações setoriais (saúde, educação, habitação, etc.) se façam de forma articulada, bem como compatibilizar as intervenções dos vários órgãos responsáveis por cada setor dentro das diferentes esferas de governo.
- e) Elaborar e tornar efetivo um corpo de legislação urbanística (lei de uso e ocupação do solo, lei de parcelamento, lei do perímetro urbano, código de posturas, código de edificações) que sirva de elemento orientador e regulador do crescimento, da ocupação e do adensamento urbano. Essa legislação deve em seu conjunto evitar os problemas da segregação espacial das funções urbanas e dos diferentes grupos da população.
- f) Fortalecer a organização municipal através de uma reforma administrativa visando adequar as estruturas de poderes municipais à promoção da melhoria da qualidade de vida, de identidade e de organização comunitária.

B.2. ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS

1. SETOR HABITACIONAL

Formalizar um programa de atuação que oriente não só a ação da prefeitura, mas também a ação das instituições federais e estaduais.

Este programa deve contemplar ações no sentido de melhorar as condições atuais de moradia (acesso, saneamento, serviços, conforto, etc.); bem

como propostas de construção de novas moradias para suprir a carência existente. Neste sentido, é fundamental que se garanta, conjuntamente, um programa de saneamento básico nas áreas já habitadas e naquelas prioritárias à ocupação

Sugestões:

- a) Elaborar um programa de regularização de loteamentos e de áreas de invasão que possibilite a regularização jurídica e urbanística dos assentamentos onde se localizam grande parte da população.

Definir metodologia de ação para a regularização que verifique em cada caso as possibilidades de negociação com os empreendedores.

Justificativa:

- Melhoria das condições de moradia
- Possibilitar através da discussão com os empreendedores a implantação de infra-estrutura, a doação de áreas para equipamentos sociais, lazer, etc.

- b) Estabelecer um sistema de fiscalização dos novos parcelamentos.

Justificativa:

Evitar o surgimento de novas áreas irregulares.

- c) Criar um grupo de apoio técnico às iniciativas de auto-construção (elaboração de projetos-modelo, informações sobre materiais e métodos construtivos por exemplo) e de estudos e pesquisas sobre tecnologias alternativas.

Justificativa:

- Melhoria do conforto das moradias
- Barateamento do preço da moradia.

- d) Preconizar a construção de conjuntos habitacionais com pequeno número de unidades.

Justificativa:

- Evitar grandes conjuntos que geram segregações homogeneizadoras de espaços destinados ao uso habitacional.
- Possibilitar o adensamento das áreas localizadas na zona de urbanização prioritária, a serem definidas na lei de Uso e Ocupação do Solo.
- Utilizar as pequenas empresas construtoras locais na produção das habitações.

- e) Priorizar a ocupação das áreas vazias servidas por infra-estrutura e equipamentos sociais.

Justificativa:

Garantir acesso da população de baixo poder aquisitivo aos benefícios da urbanização.

- f) Utilizar terrenos públicos (municipais, estaduais e federais), localizados em áreas de ocupação prioritária, na solução do problema de moradia da população de baixa renda, através da venda a preço simbólico, concessão de uso, ou outras formas a serem estudadas.

Justificativa:

- Otimização da utilização do solo urbano com vistas aos interesses da população.
- Facilitar o acesso das camadas mais desfavorecidas à moradia.

- g) Utilizar mão-de-obra comunitária, desde que seja garantida a participação da comunidade no processo de decisão sobre local, implantação, tipologia das construções e clientela dos programas.

Justificativa:

- Redução nos custos
- Geração de emprego e renda
- Participação da população

h) Verificar e encaminhar propostas para produção (por exemplo canteiros de pré-moldados) e/ou comercialização (centrais de materiais) pela Prefeitura, de materiais de construção novos ou usados a preços acessíveis ou subsidiados.

Justificativa:

- Aproveitar recursos naturais existentes no município.
- Possibilitar melhoria nas condições de moradia.

i) Garantir a utilização da produção local de materiais de construção e os serviços das empresas construtoras locais.

Justificativa:

- Incentivo às atividades econômicas locais.
- Geração de emprego e renda.

j) Promover a captação de recursos, via financiamento, (Promicro, BANESTES, etc.) para as empresas locais produtoras de material de construção.

Justificativa:

- Incentivo às atividades econômicas locais.
- Geração de emprego e renda.

l) Promover a captação de recursos a fundo perdido, das esferas federal e estadual, para fazer face aos programas habitacionais da Prefeitura.

Justificativa:

- Diminuição do custo da moradia.

2. SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE COLETIVO

a) Elaborar estudo que:

- . Defina, levando em conta discussões com a população, uma hierarquização das vias urbanas do município e priorize os investimentos na pavimentação e tratamento das mesmas segundo sua localização em zonas de urbanização prioritária.
- . Levante as possibilidades de execução de programas de pavimentação de baixo custo utilizando materiais existentes no município (por exemplo: paralelepípedos) e mão-de-obra local.

Justificativa:

- Utilizar o sistema viário como indutor do adensamento da ocupação urbana e da articulação entre os bairros facilitando o contato entre os seus moradores.
- Barateamento do custo da pavimentação possibilitando o atendimento a maiores parcelas da população.
- Geração de emprego e renda.
- Redução nos custos operacionais das empresas de transporte coletivo.

b) Orientar os percursos das linhas de transporte coletivo, bem como a localização e tipologia dos terminais de transbordo.

Justificativa:

- Promover a dinamização dos centros e subcentros locais pela coincidência de pontos de transbordo e pela convergência de linhas que liguem estes centros aos demais bairros do município.
- Propiciar a articulação interna do município.

c) Promover esforços junto ao governo estadual no sentido reativar e melhorar as condições de funcionamento do transporte aquaviário que caracteriza-se pela rapidez, baixo custo com elevada capacidade de trans

porte. Nesse sentido desenvolver a integração com os demais tipos de transporte.

Justificativa:

- Diminuição dos gastos familiares com transporte.
- Melhoria da acessibilidade ao município de Vitória.

d) Permitir a participação da comunidade no planejamento e controle do sistema de transporte.

Justificativa:

- Fortalecimento da identidade política da população, e do seu direito à cidadania.
- Otimização do Sistema, através da participação efetiva, em seu planejamento, das pessoas que possuem o conhecimento real de seus pontos de estrangulamento e de suas necessidades.

3. MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

a) . Elaborar uma legislação de meio ambiente que regulamente a proteção e a preservação do meio ambiente natural construído, os mananciais, a qualidade do ar, a vegetação e o solo.

. Criar dentro da Prefeitura um setor que possibilite à mesma assumir integralmente o controle ambiental.

. Garantir a aplicação de legislação de meio ambiente através da fiscalização e controle das fontes poluidoras pela própria Prefeitura ou através de convênios com a Universidade e com o DAA/SESA.

Justificativa:

- Melhorias das condições de vida da população
- Aumento da renda através da exploração racional
- Controlar as atividades poluidoras.

- b) Equacionar a partir dos dados existentes e de um trabalho junto à população, as prioridades nos problemas de saneamento básico (por exemplo: instalação sanitária, destinação final dos resíduos sólidos; drenagem, limpeza e capeamento de valas), limpeza urbana e abastecimento d'água. Em seguida encaminhar a elaboração de ante-projetos pela Prefeitura ou através de convênios com a UFES, SESA, CESAN, DNOS, entre outros¹.

No que diz respeito ao saneamento geral das bacias hidrográficas é possível priorizar o tratamento das mesmas conforme listado nos objetivos específicos.

Justificativa:

- Melhoria da qualidade ambiental
- Melhoria das condições de saúde da população
- Incentivo à participação popular

- c) Programar e colocar no orçamento do próximo ano, verbas destinadas à execução dos projetos.

Justificativa:

- Melhoria das condições de vida da população

- d) Utilizar mão-de-obra local para a execução das obras municipais.

Justificativa:

- Aumento do emprego e renda

- e) Priorizar a utilização da produção local dos materiais a serem utilizados nas obras municipais.

Justificativa:

- Incentivo as empresas locais
- Aumento do emprego e da renda.

¹Existe no IJSN e deve ser analisado e atualizado Projeto Executivo de Limpeza Pública e Coleta de Lixo de Cariacica, elaborado pelo Projeto CPM/BIRD, do ponto de vista da operacionalização a nível de Implantação do Sistema Proposto na Prefeitura Municipal.

- f) Programar a captação de recursos junto a instituição que ofereçam apoio financeiro e assistência técnica para melhoria do saneamento básico.

Justificativa:

- Ampliação do atendimento a população.

- g) Criar dentro da prefeitura, e/ou através de convênios com a UFES, SESA, CESAN, DNOS, entre outros, um grupo técnico para estudos de soluções alternativas para coleta, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, utilizando dados do trabalho produzido no *Estudo Básico de Meio Ambiente* (IJSN/1983) sobre pedologia e geologia.

Justificativa:

- Possibilitar a utilização de tecnologia mais baratas, uma vez que os sistemas convencionais são de alto custo e muitas vezes acabam por gerar impactos negativos sobre meio ambiente.
- Desenvolver alternativas tecnológicas não poluentes.
- Ampliar as áreas de atendimento.

- h) Desenvolver projetos e estudos de alternativas de utilização e exploração comunitária das áreas a serem preservadas. Exemplo: viveiros de peixes, exploração dos manguesais, etc.

Justificativa:

- Utilização racional do meio ambiente
- Exploração do potencial ecológico do município
- Aumento de emprego e renda
- Garantia econômica da preservação das áreas.

4. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A renda média familiar mensal de Cariacica é muito baixa - em 1982, 82,62% das famílias percebiam de 0 a 5 salários mínimos - estando a maior parte das pessoas ocupadas em atividades mal remuneradas, em geral temporárias e informais. Durante os dois últimos anos este quadro deteriorou-se, diante o agravamento da crise econômica por que passa o país. Fica evidente a necessidade de medidas de política econômica que aumentem as oportunidades de emprego e altere positivamente a renda da população. O aumento dos gastos públicos e o apoio à micro-empresa são estratégias de ação que a curto prazo podem contribuir para a geração de emprego e renda.

4.1. *Aumento dos Gastos Públicos*

A opção de aumentar o Emprego e Renda via o AUMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS se justifica pela constatação da situação de desemprego e subemprego além do fato de que a reativação econômica, condição essencial para a superação dos problemas locais, se dará caso sejam adotadas medidas nesse sentido a médio e a longo prazos.

A seguir algumas sugestões que se fazem necessárias para se alcançar a compatibilização desta ação com as demais ações propostas:

- a) A prefeitura deve ser a principal agente de efetivação dessa ação implementando um programa emergencial que priorize a criação de emprego e esteja voltado para a produção de bens e serviços de utilidade social. Entretanto, é imprescindível a participação conjunta do Estado na implementação de alguns programas, assim como a captação de recursos junto ao Governo Federal.
- b) Deve ser dada prioridade ao Setor de Saúde, compreendida como ação preventiva ligada à produção de alimentos e ao saneamento básico, bem como a ação dos serviços de assistência médico/hospitalar.

Justificativa:

- Compatibilizar os gastos públicos com as prioridades estabelecidas.
- Melhoria das condições de vida da população.

c) Concentração dos investimentos públicos nas Áreas Prioritárias para ocupação e Zonas Especiais² de forma a evitar a expansão desordenada da malha urbana, como também a fim de maximizar a utilização da infraestrutura. Deverão no entanto observar critérios sócio-econômicos na definição das áreas de intervenção, tais como:

- . Prioridade para áreas mais densas, com alta concentração de população de baixa renda. Assistindo principalmente áreas mais desprovidas de serviços básicos.
- . Prioridade para áreas a serem fortalecidas como centros e subcentros municipais, garantindo dessa forma uma estrutura-básica, que induza e tenha capacidade de absorção de um possível crescimento e por outro lado possibilite ao município conter a evasão de recursos para municípios vizinhos com melhores equipamentos seja no que diz respeito ao comércio, serviços, saúde, como também lazer e trabalho;

Justificativa:

- Compatibilizar os investimentos com as diretrizes propostas para o crescimento urbano.
- Otimização dos investimentos através do atendimento a um maior contingente populacional.

² Considera-se zonas especiais, áreas densamente povoadas resultantes de invasões que não se encontram nas faixas prioritárias para ocupação.

d) Simplicidade Tecnológica e Administrativa

No momento em que se quer criar frentes de trabalho com o objetivo de criação de empregos, através de obras públicas de infra-estrutura e em serviços básicos, é necessário que se use uma tecnologia não poupadora de mão-de-obra, portanto, simples. Além disto, também devem ser simples os mecanismos e procedimentos legais e administrativos.

Justificativa:

- Aumento do emprego e da renda.

e) Envolvimento da população em todas as fases do programa.

No momento em que a participação popular é incentivada, a comunidade passa a atuar conjuntamente na solução de seus problemas, ao invés de se comportar simplesmente como um beneficiário dos serviços ofertados. Portanto a participação da comunidade pode ser contada como um recurso (mão-de-obra comunitária) na execução de obras, como também na prestação de serviços para a comunidade. Existem experiências em que o uso de pessoal local, aceleraram a oferta de serviços e reduziu seus custos. Deve-se ter a preocupação de oferecer treinamento a essa mão-de-obra.

Justificativa:

- Garantia de melhor atendimento às reivindicações da população.

4.2. Apoio à Micro-Empresa

O apoio à micro empresa, dado o seu papel fundamental na geração de emprego e renda e na produção e comercialização de bens, principalmente em áreas de baixa renda, tornou-se um dos instrumentos de maior importância para o crescimento econômico e elevação do padrão de vida das populações destas áreas.

A PMC pode e deve intervir nesta realidade com a vantagem de dispor de dados bastante objetivos sobre as características do município, adotando formas de ação em sua maioria já testadas e em andamento com resultados satisfatórios em outras regiões, ao lado de outras formas específicas para o município.

Em 1980, segundo dados da FIBGE e Anuário Estatístico do Espírito Santo, Cariacica contava com 158 estabelecimentos industriais, 1.065 comerciais e 1.214 de prestação de serviços. O pessoal ocupado no setor industrial local em 1980 era de 6.652 pessoas sendo que destes empregos, 55,6% são gerados pelas 2 maiores empresas. Do total de empresas deste setor, 74% possuem no máximo 10 empregados e 53%, menos de 05 empregados. O total de pessoas ocupadas no setor em 1980 era de 19.372, demonstrando que apenas 1/3 dos empregados estão alocados em indústria do município.

O Setor Comercial do município contava com 3.268 pessoas ocupadas não ocorrendo grandes disparidades no número de empregos por estabelecimento. Este fato nos permite usar a média aritmética como índice de emprego por estabelecimento que é de 3 pessoas. É oportuno lembrar que empresas deste porte ocupam preponderantemente mão-de-obra familiar.

O município de Cariacica, apesar de possuir um número significativo de estabelecimentos comerciais, tem a maior parte (78%) da população ocupada no setor trabalhando fora do município. Situação análoga enfrenta o Setor Serviços uma vez que gerava no município 2.802 empregos em 31/12/81, o que representa apenas 8,9% da população ocupada nesta atividade e residente no município.

Estes dados demonstram que Cariacica, considerando seu contingente populacional e sua dimensão, carece profundamente de uma ação de peso na área de geração de emprego e renda que não pode ser suprida apenas pelo setor público municipal. A PMC poderá contribuir efetivamente direcionando as compras do setor público para o município, priorizando a contratação de trabalhadores locais em suas obras e promovendo o aperfeiçoamento da

mão-de-obra local. Além disso, deverá mobilizar os pequenos empresários em torno dos problemas comuns de seus ramos de atividade no sentido de ampliar suas margens de lucro via diminuição de custos e, com isso, estimular a geração de empregos, tornando mais acessível os preços dos bens consumidos e, através da dinamização dessas atividades, aumentar o nível da renda e do padrão de vida da população.

SUGESTÕES:

a) Direcionamento das Compras da PMC

A PMC deverá dar prioridade às micro empresas locais na aquisição de todo o material que necessite promovendo o aumento da renda e da geração de empregos através do efeito multiplicador de seus dispêndios na atividade econômica do município.

Os principais ramos de atividades existentes no município a serem priorizados são:

Indústria

Indústria de produtos minerais não metálicos:

- . Pedreiros - brita, paralelepípedo, pedras para construção, etc.
- . Olarias - telhas, tijolos, lajotas, etc.
- . Artefatos de cimento - manilhas, fossas, meio-fio, pisos ou pavimentação, etc.
- . Mármoarias - pias, pisos, revestimentos, etc.

- Indústria metalúrgica:

- . Serralheria - grades, portões, etc.
- . Estruturas metálicas
- . Vergalhões

- Indústria de Madeira:

- . Madeira bruta desdobrada
- . Produtos de madeira resserrada

- Indústria de alimentos:
 - . Panificadora
 - . Massas: biscoito, macarrão
 - . Frigorífico
 - . Doces

- Indústria de mobiliário:
 - . Móveis e esquadrias de madeira
 - . Carteiras escolares

- Indústria do vestiário:
 - . Confecção
 - . Uniformes

- . Comércio:
 - mercearias
 - Supermercados
 - Quitandas
 - Lojas de Confecções
 - Armarinhos
 - Materiais de Construção

- . Serviços
 - Oficinas mecânicas
 - Oficinas eletrônicas
 - Comércio de eletrodomésticos
 - Borracharias
 - Limpeza e conservação de imóveis

Justificativas:

- Existência no município de indústrias fornecedoras, praticamente de todos os produtos demandados pela PMC.

- A circulação interna dos recursos originados do setor público será um dos elementos que poderão proporcionar um maior crescimento econômico do município, aumentando a renda e gerando emprego.
- Simplicidade administrativa com relação ao controle das atividades pela Prefeitura.
- A demanda de alimentos e demais bens de consumo das escolas e hospitais quando de responsabilidade da PMC, deverá ser atendida prioritariamente por empresas do município.
- Retorno Econômico através de:
 - Aumento do fluxo de dinheiro dentro do município
 - Ampliação do mercado
 - Melhoria da arrecadação interna via efeito multiplicador dos gastos.
- Retorno Social através da geração de emprego via aumento de produtos das pequenas empresas.

Pontos Dificultadores:

- Pequeno número de opções para a PMC na compra de determinados produtos em razão do pequeno número de fornecedores.
- Provável incapacidade de fornecimento pelas pequenas empresas dos itens de maior demanda pela PMC na quantidade requerida por esta.
- Pequena margem de negociação de preços.

b) Apoio Institucional:

Entende-se por apoio institucional a atuação da Prefeitura no sentido de intervir na atividade econômica do município, em contato direto com as pequenas empresas nas formas seguintes:

- Identificação e promoção de ações coletivas, tais como, centrais de compras, centrais de vendas, crédito comunitário, etc.

- Desenvolver formas de atenuar a carga tributária incidente sobre as pequenas empresas.
- Agir em conjunto com os empresários no sentido de minimizar os entraves burocráticos que tornam onerosos os processos de legalização de empresas.
- Transformar a fiscalização, de punitiva em orientadora haja vista o baixo nível de informação que prevalece nas empresas de menor porte.

Justificativa:

- A eliminação dos entraves burocráticos e a integração entre os pequenos empresários tende a proporcionar um aumento em suas margens de lucro via diminuição de custos, levando a uma redução do preço ao consumidor final.
- Diminuição dos preços dos bens produzidos ou comercializados através de ações coletivas.
- Diminuição relativa dos gastos no orçamento familiar.
- Para o desempenho desta função não há necessidade de investimentos vultosos.
- Existência de iniciativas semelhantes com resultados compensadores.
- Fortalecimento do associativismo.

Pontos dificultadores:

- O baixo nível de informação e a visão individualista que existem em grande parte da população.

c) Programa de Melhoria da Qualidade da Oferta da Mão-de-Obra

A PMC deverá executar em conjunto com os pequenos empresários um programa intensivo de treinamento de mão-de-obra buscando vincular diretamente cada pessoa treinada a uma vaga pré-estabelecida.

O treinamento deverá ser precedido de contatos prévios com os empresários dos ramos de atividade prioritários, atendendo-se um ramo de cada vez, onde serão levantadas as necessidades de treinamento da mão-de-obra já alocada e das vagas a serem preenchidas. Quando se tratar de treinamento de mão-de-obra para área administrativa das empresas, a composição das turmas poderá ser heterogênea em termos de ramos de atividade.

Para garantir a objetividade do treinamento e evitar a dispersão de esforços e recursos, a composição das turmas de treinandos seria limitada a um mínimo de 80% de indicações vinculadas às empresas participantes.

Os custos do treinamento deverão ser rateados total ou parcialmente pelas empresas, caso não se consiga recursos dos órgãos do Governo ou de entidades de classe para financiá-lo.

Este programa deverá em sua primeira fase atender às pequenas empresas já existentes no município aperfeiçoando a mão-de-obra já empregada e procurando satisfazer a demanda reprimida que existe em função da carência de mão-de-obra melhor preparada. Esta ação por si só garantirá uma ponderável geração de novos empregos além de contribuir para a elevação do salário médio e diminuição da rotatividade que é bastante elevada neste estrato.

Numa segunda fase deverá ser desenvolvida uma política de preparação de mão-de-obra adicional para expansão das atividades potencialmente mais dinâmicas e que poderiam absorver quantidades crescentes de mão-de-obra a médio ou a longo prazo.

Ramos de atividade a serem priorizadas:

- 1) Serralherias
- 2) Panificadoras
- 3) Indústria de Confecções
- 4) Indústria de Móveis e Esquadrias
- 5) Indústria de Couro
- 6) Metalúrgicas

- 7) Oficinas Mecânicas
- 8) Oficinas Eletrônicas
- 9) Borracharias
- 10) Supermercados
- 11) Mercearias
- 12) Bares e Lanchonetes
- 13) Armazéns e Confeccões
- 14) Autopeças
- 15) Lojas de Material de Construção

Justificativa:

- O custo do treinamento poderá ser rateado entre as pequenas empresas participantes.
- A PMC poderá utilizar a rede municipal de ensino.
- Nos treinamentos técnicos que demandarem equipamentos (máquinas) a PMC deverá estabelecer convênios com o SENAI, SENAC, PIPMO, LBA ou mesmo com as próprias empresas.
- Melhoria da qualificação da mão-de-obra.
- Aumento da renda via aumento do salário médio.
- Aumento do poder aquisitivo da população empregada.
- Ampliação das empresas em função da garantia de oferta de mão-de-obra melhor preparada.

4.3. Apoio ao Setor Informal

O setor formal da economia não gera um número de empregos suficientes para absorver a população. Durante a crise, a situação se agrava ocorrendo falência de empresas, demissões em massa, e, vê-se que uma das grandes saídas para a questão do desemprego tem sido o setor informal. Isto porque esse setor absorve muita mão-de-obra reduzindo o impacto da crise; oferece empregos; viabiliza a comercialização de bens e serviços para grandes parcelas da população, que não teriam como obtê-los no mercado formal.

Através do Setor Informal, pode-se ofertar empregos que sejam gerados via baixos investimentos. A importância deste setor hoje é reconhecida a nível federal, haja vista o debate e aprovação do Estatuto da Micro-Empresa. A redução do poder aquisitivo de todas as classes fez com que mais e mais pessoas recorressem a bens e serviços do Setor Informal, por serem normalmente mais baratos.

Foram identificadas no município as seguintes atividades:

- Artesanato
 - . em madeira
 - . em couro
 - . em metal
 - . em gesso
 - . em cerâmica
 - . bordadeiras e crocheteiras
- Costureiras
- Doceiras
- Outros produtos alimentares.

Sugestões:

- a) Enquadramento das atividades produtivas informais já existentes no município a um programa de financiamento a juros subsidiados para pessoas físicas, através do sistema GERES/BANDES. Para tanto, a PMC deverá cadastrar os produtores de *fundo de quintal* e mobilizar recursos destinados a financiar equipamentos básicos de produção. Como se trata de pessoas físicas com baixo nível de renda a PMC deverá suprir as garantias individuais através do aval do poder municipal ou promover a transformação destes em pessoa jurídica individual ou sob a forma associativa.
- b) Viabilizar a produção informal promovendo a aproximação dos pequenos produtores ao mercado formal, utilizando recursos financeiros para montagem de locais de exposição dos produtos e, apoio institucional para

romper as resistências iniciais que o grande comércio costuma apresentar em relação a este setor. Para tanto:

- A PMC poderá atuar identificando os produtores e promovendo a venda dos produtos em um local centralizado com ampla divulgação ou mesmo nos próprios estabelecimentos comerciais.

É importante frisar que não deverá haver paternalismo, mas uma ação no sentido de garantir aos pequenos produtores a oportunidade de competir no mercado.

- Instituir mecanismos que facilitem o processo de venda da produção do setor informal para o grande comércio, tais como:
 - . Emissão de notas de venda para pessoas físicas de forma a viabilizar o fluxo dessas mercadorias.
 - . Promover um amplo cadastramento dos produtores informais do município no sentido de lhes fornecer todo o respaldo legal possível.
- Aprimorar a produção artesanal, no que se refere ao acabamento das peças produzidas, manuseio de máquinas através de convênios com SENAC, LBA, PIPMO, SEBES.
- A produção artesanal, significativa no município, deverá contar com uma área definida para exposição permanente ou periódica em local central e de amplo movimento. No caso da concentração desta atividade prejudicar o comércio local a PMC poderá estudar a fixação de um pequeno número de artesãos em diversas áreas pré-definidas, promovendo uma relativa dispersão espacial, mas com programação permanente e divulgação prévia visando orientar a sua localização pelos consumidores.

5. SETOR SOCIAL

5.1. Subsídios para a Política Setorial de Cultura

(Elaborado pelo Departamento Estadual de Cultura - DEC)

Proposta:

Estreitar vínculos culturais entre os moradores do município, mantendo a identidade cultural dos agrupamentos que o compõem. Incentivar as manifestações culturais populares, criando condições, a partir da abertura de espaço para seu fortalecimento.

Objetivo:

Identificar as manifestações culturais do município, definindo políticas gerais de incentivo, financiamento e promoção, conforme abaixo:

1. Fortalecimento das manifestações culturais;
2. Criação de espaços para apresentação de produções culturais;
3. Criação de infra-estrutura financeiro-administrativa para viabilização da política cultural;
4. Criação de legislação de proteção do patrimônio cultural e ambiental (área das reservas naturais);
5. Manutenção da relação cultural - educação para preservação da identidade cultural do município;
6. Estabelecer intercâmbio cultural com entidades de níveis internacional, federal, estadual e municipal, inclusive representações oficiais governamentais.
7. Estabelecer relações com entidades de fins culturais e filantrópicas;
8. Estabelecer relações com entidades comunitárias e sanitárias;
9. Criação de legislação de incentivo à cultura, visando atrair para os negócios da cultura pessoas físicas e privadas;
10. Criação de fundo de incentivo (financiamento e promoção) à produção cultural;

11. Definição do conceito de cultura, envolvendo toda a criação humana, da científica à espontânea, a erudita e a popular;
12. Criação do Conselho Municipal de Cultura com representantes eleitos por suas entidades, inclusive comunitárias, sindicais e estudantis.

Conceito:

O conceito de cultura permanece estruturado em cima da produção artística, quando cultura é o acúmulo de conhecimento. Uma política cultural democrática deverá romper a definição tradicional, para torná-la ampla. Assim o órgão de cultura deixará de privilegiar a contribuição artística, para chegar a toda manifestação humana.

- A partir deste conceito o órgão responsável pela cultura terá em conta o incentivo ao desenvolvimento científico, a pesquisa tecnológica no campo das ciências e das artes.
- Exemplo: Progresso na área da impressão;
- Aprimoramento das técnicas médicas, com representação e documentação cinematográfica e literária, traduzindo-se em memória de todo o povo.
- Desenvolvimento de técnicas de engenharia, nos moldes acima.

Programa:

. Resgate Cultural

- Educação
 - . Reforma do Currículo de 1º Grau
 - . Introdução de matéria (cadeira) de Patrimônio Cultural.
- Patrimônio Cultural
 - . Mapeamento Histórico
 - . Levantamento dos bens imóveis do município

- . Levantamento dos bens naturais:
 - Parques florestais
 - Reservas florestais
 - Montes
 - Picos
- . Definição de espaços
- . Definição de áreas de animação:
 - Centros comunitários
 - Escolas
 - Clubes
 - Sindicatos
 - Parques
 - Praças
 - Reservas

- Manifestações Folclóricas

- . Levantamento/Cadastramento:
 - Festas
 - Folguedos
 - Artesanato
 - Danças

- . Legislação
 - Estrutura Municipal
 - . Criação do Conselho Municipal de Cultura
 - . Legislação Cultural
 - . Incentivo à Cultura
 - . Criação do Fundo Municipal de Cultura
 - . Orçamento Cultural

. Estrutura Cultural

- Estrutura Organizacional

- . Criação do Setor de Cultura:
Departamento/Secretaria
- . Definição de Estrutura Administrativa
- . Definição de Estrutura Cultural

- Estrutura Cultural

. Setores Culturais:

- Teatro
- Cinema
- Música Popular
- Música Erudita
- Cultura Popular
- Promoção
- Literatura
- Biblioteca
- Artes Plásticas
- Cinema - Memória
- Patrimônio Cultural - Museus
- Planejamento - Parques

- Estrutura Administrativa

. Setores Administrativos:

- Coordenação
- Tráfego - Compras
- Almoxarifado - Licitação
- Pessoal
- Serviços Gerais.

- . Setores Financeiros:
 - Coordenação
 - Tesouraria - Orçamento
 - Planejamento - Contabilidade

- Estrutura Jurídica
 - . Setores Jurídicos:
 - Assessoria
 - Convênios
 - Processos

- . Intercâmbio Cultural
 - Governo Federal
 - Governo Estadual
 - Administração municipal
 - Fundações Nacionais
 - Fundações Internacionais
 - Associações Culturais
 - Entidades de Classe
 - Entidades Comunitárias

5.2. *Subsídios para a Política Setorial de Saúde*

A saúde, conceituada pela Organização Mundial da Saúde como *o completo bem estar físico, mental e social* de uma população está diretamente relacionada às condições de moradia, saneamento básico, alimentação, educação, transporte, renda... enfim as condições de vida e de trabalho de toda a população.

Dessa forma, a política de saúde deve estar articulada com a política de educação, abastecimento, saneamento, transporte, renda... visando uma melhoria da qualidade de vida da população do município.

É importante também que as secretarias de saúde a nível estadual e municipal, responsáveis diretas pela saúde do município desenvolvam um trabalho integrado visando o atendimento das reais necessidades e aspirações da população.

O baixo nível de renda decorrente das péssimas condições de vida da maioria dos habitantes do município se reflete na alimentação deficitária e nas péssimas condições de saúde dessa mesma população.

Nesse sentido, o setor saúde deve intensificar esforços e redefinir modos de intervenção na procura de uma maior eficiência social buscando:

- . Aumento nutricional da população;
- . O acesso a serviços de saúde adequados;
- . Assegurar as demandas de saúde da população carente;
- . A reorganização da rede de serviços;
- . A garantia de um nível de vida digna;
- . A contribuição para uma melhor distribuição de renda municipal.

O objetivo principal das intervenções na preservação e recuperação da saúde é satisfazer às necessidades primárias de toda a população.

Num município carente como Cariacica é imprescindível que a população participe, neste processo, desde sua elaboração até a sua própria gestão. Dessa forma deve-se enfatizar as organizações comunitárias com o objetivo de transformá-las em agentes diretos da população junto ao governo municipal. A comunidade será dessa forma conscientizada de seus direitos a partir de medidas e serviços simples de saúde, próximos e acessíveis, com objetivos

de resolver os problemas a nível local, tendo como princípio básico o direcionamento do programa de acordo com os interesses comunitários.

Algumas sugestões podem ser feitas no tocante à melhoria do sistema de saúde no município, senão vejamos:

1) Participação da População no Programa Municipal de Saúde

A participação da população no PMS deve se dar em vários níveis:

- . No planejamento das ações de saúde
- . Na gestão e administração dos Postos e dos programas
- . Na fiscalização e execução daquilo que foi planejado.

Essa participação é importante porque são conhecendo os seus problemas de saúde e auxiliando a encontrar soluções para eles que a comunidade vai se tornando autônoma a ponto de decidir o seu próprio destino. Essa participação só acontece quando a população detecta seus problemas de saúde apresentando ou dizendo que tipo de serviço deseja para resolvê-los.

A viabilização dessa participação deve ser através da formação de conselhos comunitários de saúde com a função de levantar os problemas e propor soluções, acompanhando os serviços prestados pelo Posto de Saúde procurando seu aprimoramento além de representar a população em tudo que diga respeito a saúde.

Como funcionaria esse conselho?

Haveria um conselho comunitário de saúde para cada Posto de Saúde que seria escolhido pela população dos bairros de sua abrangência. Cada posto indicaria um representante de seu conselho para formar o Conselho Municipal de Saúde (CMS) com a função de formular a Política Municipal desse setor, dizendo como os recursos da prefeitura devem ser aplicados no campo da saúde com o objetivo de alcançar melhor nível de atendimento para todos, principalmente para a população mais carente.

Atuação do Posto de Saúde

Todo Posto tem uma área de atuação definida - área programática - que deve ser a base do planejamento das ações de saúde. O CMS deve levantar as necessidades de saúde da população dessa área definindo as prioridades dos programas de saúde que deverão ser criados e executados de acordo com os anseios e interesses da população, levando-se em conta os recursos disponíveis e fatores técnicos.

2) Elaboração de Alguns Programas de Saúde:

- a) Programa de abastecimento alimentar que possibilite a redução dos custos de alimentação para a população carente. Deve ser pensado em conjunto com uma política agrícola que direcione e facilite a produção e a comercialização de alimentos na zona rural, e ao mesmo tempo propicie o uso produtivo de áreas urbanas vazias, preferencialmente nas áreas propícias à agricultura da zona de urbanização restrita.
- b) Programa de Saneamento Básico, a ser desenvolvido com a participação da população.
- c) Programa de atenção materno-infantil: visa atender crianças de 0 a 15 anos de idade, priorizando as crianças de 0 a 4 anos. Visa também o atendimento de mulheres gestantes e todas as mulheres na Prevenção do cancer ginecológico.
- d) Programa de controle de doenças transmissíveis: prevenção, tratamento e controle de tuberculose, etc.
- e) Programa de Imunização: vacinação.
- f) Programa de atenção ao adulto (+ de 15 anos)
 - . Prevenção de acidentes:
Orientar para prevenção de intoxicação, queimaduras, acidentes de

trânsito, etc., desenvolvendo sistemas integrados de urgência, garantindo o acesso e o tratamento adequado aos acidentados.

- . Alcoolismo
- . Hipertensão arterial
- . Doenças nervosas

3) Alternativas de Ação:

Essas ações médicas deverão ser atividades de prevenção ou separação que devem ser aplicadas simultaneamente sobre o cidadão, são ou enfermo, visando preservar ou elevar seu padrão de saúde.

a) Precaridade:

- . Lactente
- . Pré-escolar
- . Adolescência
- . Adulto
- . Gravidez
- . Etc.

b) Periodicidade ou continuidade:

- . Número de ações ou consultas que devem ser realizadas sobre cada indivíduo, no ano.

c) Cobertura:

- . Porcentagem de pessoas de determinada população sob a proteção médica em área determinada.

4) Serviços que os Postos de Saúde Municipais Devem Executar

a) Consulta médica

- . Pode ser de rotina: por exemplo consulta de uma gestante que faz seu pré-natal no Posto de Saúde.

. Eventual: consulta para atendimento médico imediato de qualquer pessoa.

b) Consulta Paramédica

É o atendimento realizado por 1 auxiliar de saúde treinado para resolver problemas simples sob a orientação dos médicos. Ex.: crianças com verminoses.

c) Prê-consulta

É a preparação do paciente para a consulta (medir, pesar, medir temperatura, pressão, anotar queixas com relação à saúde, etc.).

d) Vacinação

O posto deve realizar as vacinas obrigatórias por lei:

- . Vacina tríplice
- . Vacina de tétano e crupe
- . Vacina sabin
- . Vacina anti-sarampo
- . Vacina BCG
- . Vacina contra-raiva (quando necessário)

e) Curativos, Injeções, Inalações

f) Consultas Odontológicas

g) Trabalho de Grupo

É o trabalho de educação para a saúde. Os grupos são criados em função das necessidades dos bairros observadas as características do local e deficiências da população em relação a saúde.

Ex.: Grupo de Gestante

Orientação sobre a gravidez, o parto, os cuidados com as crianças, etc.

i) Visitação Domiciliária

É a visita da equipe de saúde as famílias do bairro, para orientação das pessoas.

j) Convocação de Faltosos

Quando o paciente falta a uma consulta já marcada é enviado para sua casa uma convocação para comparecer ao Posto de Saúde, lembrando-o da consulta.

l) Seminários e Cursos

São debates realizados pelos Postos de Saúde sobre problemas que a própria comunidade apresenta como os mais importantes.

m) Exames de Laboratório

Os Postos de Saúde devem contar com um laboratório central, aparelhado para realizar exames de sangue, fezes, urina, etc.

5.3. Subsídios para a Política Setorial de Educação

Justificativa:

O intenso processo de urbanização das últimas décadas, além de ser responsável pelo crescimento rápido e sem planejamento do município de Cariacica, causou uma grande heterogeneidade cultural, decorrente das diferentes origens dos migrantes de outros Estados (29%), do interior do Estado (55%) e de outros municípios da Grande Vitória (18%). A grande maioria dessa população se alojou em assentamentos localizados na periferia sem equipamentos urbanos inclusive os de educação, caracterizando o município como local de moradia da população mais pobre. Conseqüentemente a população infantil nesses assentamentos mais pobres, é geralmente numerosa, desnutrida, com saúde deficiente, e sofre com as péssimas condições sanitárias e habitacionais. Dessa maneira, a educação também não pode ser vista como

um setor isolado. Assim como a saúde, ela está integrada a outros problemas básicos da sociedade como habitação, saneamento, transporte, trabalho, lazer e cultura.

Sabe-se que a legislação brasileira torna obrigatório o ensino para crianças pertencentes à faixa escolar de 7 a 14 anos e, como suporte, estabelece a gratuidade do ensino de 1º Grau - que engloba essa faixa etária. O sistema educacional é concebido de forma a que a criança ingresse na escola (1º ano do 1º Grau) aos 7 anos dela saindo aos 14 anos, devendo cumprir um calendário escolar com base em 4 horas diárias sequenciado em oito séries. Dentro desse enfoque, o conteúdo programático é padronizado, sendo pautado ao nível da classe média.

O quadro apresentado pelo município de Cariacica a partir do Estudo Básico de População e dos levantamentos realizados junto aos assentamentos demonstra que o sistema escolar deixa de absorver parte significativa das crianças em idade escolar formando um grande número de analfabetos e de mão-de-obra com baixa qualificação.

Percebe-se também, que as crianças que não têm acesso à escola, e quando a frequentam têm aproveitamento insuficiente ou não terminam sua educação elementar, provêm de camadas populares. Quando se observa os motivos apresentados para a interrupção da escolaridade ou para a não frequência em tempo algum, 62% são relativos a questões sócio-econômicas (não quer, não tem recursos, trabalha, etc.). Essas justificativas são decorrentes da incapacidade do poder de irradiação da infraestrutura educacional de beneficiar os grupos menos favorecidos da população e do poder de atração da escola ser minimizado por outras condicionantes sócio-econômicas, que minam a capacidade de retenção escolar do sistema educacional, a partir de um certo patamar.

Assim, a Escola se insere de maneira inadequada em um contexto social marcado por contradições e pouco acessível às necessidades essenciais da população-alvo.

Quanto ao número de escolas, verifica-se que em relação a oferta, 73,5% operam somente as quatro primeiras séries. Observando o número de matrículas efetivas nessas escolas bem como a população que lhe seria demandária (7 a 10 anos) verifica-se que existe um excedente de cerca de 25% das pessoas, que estariam, forçosamente, fora dessa faixa etária.

Em situação normal, essa oferta seria compatível, após pequenos ajustes, na locação física e material dos recursos disponíveis. Nesse sentido, a reposta à distorção idade/série, bem como para os 18% das crianças entre 7 e 14 anos, que não frequentam a escola, deve ser encontrada na reformulação do sistema social e não educacional. Segundo a pesquisa sócio-econômica (maio/82) apenas 19% dos pesquisados declararam não estarem frequentando ou terem interrompido a escola por motivo de oferta, contra 62% relativos a questão sócio-econômica. Outro fato que reforça essa análise é o de que as matrículas efetivas de 5^a a 8^a série correspondem a apenas 40% do número das matrículas efetivadas nas quatro primeiras séries do 1º Grau.

No 2º Grau, esse quadro não se modifica ainda que os fatores de sobrevivência tenham sido em parte superado, pela parcela que conseguiu terminar o 1º Grau. A justificativa de tal situação é verificada na própria essência do sistema educacional e na pouca importância atribuída ao segundo grau para a preparação ao mercado de trabalho.

Dessa forma, não adianta simplesmente querer aumentar a oferta de escolas de 1º e 2º Graus, dado o grau de dissociação existente hoje, entre a concepção da escola em relação as condições de vida de demanda potencial. Isso somente provocaria aumento dos privilégios dos alunos que reúnem as condições necessárias para serem absorvidos pela atual rede de ensino.

Os pontos mais deficientes do sistema educacional-estadual e municipal são:

- . Poucos bairros atendidos pela rede escolar de 1º Grau completo;
- . O conteúdo educativo absorvido pela população do município, medido pelo número médio de anos é bastante baixo;

. Nível de analfabetismo, 20% da população, com idades superiores a 15 anos, é também bastante alto, tendo a tendência de se perpetuar pela incapacidade do sistema educacional local em reter os contingentes que chegam à escola.

Objetivo:

A Secretaria Municipal de Educação tem como uma de suas funções de orientar a localização dos equipamentos de educação, inclusive da rede Estadual, de forma a atender progressivamente e com o menor custo, um maior número de crianças, evitando desperdícios e sobreposições na rede. Os equipamentos devem se adequar as condições locais em relação ao terreno, clima e recursos materiais disponíveis. A implantação de novas escolas deve levar em consideração a oferta de outros serviços como o transporte, o saneamento básico e os programas de suplementação alimentar.

O objetivo da educação deve ser a valorização da criança como pessoa humana que pensa, tem vontades e opiniões, transmitindo conhecimentos para lutar por uma sociedade mais justa, desenvolvendo sua solidariedade, independência, curiosidade, iniciativa, criatividade, observações e análise.

Diretrizes:

As diretrizes devem considerar dois momentos: o primeiro, de caráter emergencial e o outro, a médio e longo prazo, visando a racionalização do programa educacional.

1) Possibilitar o acesso da criança à escola, priorizando a faixa da 1ª a 4ª série pois o número de vagas existente atualmente não atende a população infantil na sua totalidade. Dessa forma, a política educacional deve privilegiar a escola pública cumprindo a lei nº 5.692 referente a obrigatoriedade do ensino de 1º Grau, de 7 a 14 anos, por parte do Poder Público.

Entretanto, mesmo ampliando e aumentando a rede de ensino oficial não estaria resolvida a necessidade básica da educação no município ou sua baixa qualidade de ensino, e suas consequências: - a inadequação da escola ao aluno; o número insuficiente de horas que o aluno permanece na escola; precárias condições de trabalho oferecidas aos professores e as dificuldades para sua formação; etc.

- 2) Promover o atendimento pré-escolar da criança na faixa de 0 a 6 anos, considerado extra-escolar e portanto, fora da obrigatoriedade de atendimento, pois é importante ressaltar a necessidade de formação psicopedagógica nos primeiros anos de vida da criança. Seu desenvolvimento-afetivo, cognitivo e social - estará relacionado com as condições iniciais de atenção que receba nessa faixa etária.
- 3) Destinar mais recursos para o atendimento educacional da periferia do município. É necessário que a prefeitura do município volte sua política social prioritariamente para as camadas populares, visando atender suas necessidades básicas de educação, habitação, saúde, saneamento, lazer...

A metodologia básica deve ser definida a partir da realidade local visando promover o desenvolvimento da comunidade através de sua participação, exigindo o conhecimento dos problemas específicos de áreas fortemente adensadas, de espaço reduzido, problemas de coleta de lixo, dificuldade de transporte, heterogeneidade econômica, mão-de-obra infantil e elevado grau de insalubridade.

Essa metodologia escolhida é justificada pela necessidade da programação educacional de áreas carentes levar em consideração questões de seu ambiente local.

- 4) Formar professores para o ensino pré-escolar e 1º Grau da rede escolar, privilegiando o conteúdo das matérias que devem ser transmitidas aos alunos. Dessa forma é importante considerar a identificação do

professor com seu meio local, diminuindo a distância cultural existente entre a escola e a grande maioria dos alunos, decorrente da linguagem dos livros didáticos e as vezes até do professor, que são estranhos ao universo infantil.

Sendo assim, as comunidades devem contribuir para a formulação de novas práticas educacionais; priorizando o papel do professor na mediação da escola-sociedade, através do processo de transformação educativa da criança e do próprio professor.

OUTROS PROGRAMAS QUE PODEM SER IMPLEMENTADOS:

- 1) Educação Física - diária com noções de educação e esporte.
- 2) Educação Artística - com noções de desenho, pinturas, colagens, teatro, etc.
- 3) Merenda Escolar - estimulando a implementação de hortas na própria escola, oferecendo apoio técnico e sementes às famílias interessadas no plantio ou na criação de pequenos animais.
- 4) Material Didático - distribuição de caderno, lápis, borracha, papel, tinta, etc. pela Secretaria Municipal de Educação com o patrocínio de Empresas locais.
- 5) Alfabetização de Adultos - visando atender aos trabalhadores do bairro.
- 6) Pós-alfabetização de Adultos - com cursos, palestras, debates, discussões específicas da realidade do trabalhador.
- 7) Programa de Educação Complementar de Adultos - música, teatro, cinema, poesia, etc. O objetivo maior deste programa é reunir as manifestações do povo, sua vontade de conhecer coisas novas a respeito de sua vida, de sua realidade.

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A participação deve ser garantida a partir:

- dos funcionários das escolas, que devem ser moradores dos bairros, ou, pelo menos, conhecer a realidade em que atuam;
- dos pais, que devem participar das reuniões pedagógicas, festas, atividades culturais, visando a participação, direcionamento e fiscalização dos serviços prestados.
- da associação de Pais e Mestras onde se possa conhecer os problemas, discutir e encaminhar soluções.
- do Centro Comunitário ou Associação de Moradores que devem discutir o cotidiano do bairro.
- do Conselho de Educação que deverá ser formado por representantes escolhidos pela população do raio de abrangência de cada escola. Um representante de cada Conselho de Educação do Bairro, formaria o Conselho Municipal de Educação que teria a função de levantar os problemas de educação da população do município, propondo soluções e acompanhando os serviços prestados pela Escola e pela Secretaria Municipal de Educação.

ANEXO 1

DESCRIÇÃO DO MATERIAL ELABORADO PELO COMPONENTE
C.40: ELABORAÇÃO DA POLÍTICA URBANA DE CARIACICA

ESTUDO BÁSICO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA.

A proposta de Elaboração da Política de Desenvolvimento Urbano para o Município de Cariacica - está ligada a modernização administrativa, que tem por objetivo principal proporcionar instrumentos institucional e gerencial, adequados a realização dos objetivos da administração; o que significa:

- . Criar condições para que a Prefeitura possa gerir os componentes do Projeto Especial CPM/AUV, que estão sob sua responsabilidade;
- . Levar a administração municipal a participar e absorver corretamente as proposições modernizantes, mediante a participação crítica de um grupo de contrapartida na concepção de soluções, criando condições para a auto sustentação do processo de modernização;
- . Eliminar os procedimentos obsoletos, através da racionalização do trabalho pela introdução de técnicas que maximizem a eficiência da administração municipal, no atendimento ao seu público interno e externo. Com vistas a alcançar estes objetivos, foram feitas análises da dinâmica organizacional das Secretarias de: Serviços Urbanos; Obras; Administração; Saúde e Assistência Social.

Essa análise consiste em:

- . Levantamento cadastral de recursos humanos da PMC;
- . Levantamento, análise e proposição das rotinas e procedimentos administrativos relativos ao Desenvolvimento Urbano;
- . Levantamento, análise e proposição de recursos materiais como máquinas, equipamentos, cadastros, bibliotecas;
- . Levantamento, análise e proposição de espaço físico e organização espacial do trabalho.

Também foram feitos pela equipe a Análise do Projeto de Coleta de Lixo e Limpeza Pública de Cariacica, (do ponto de vista da operacionalização) e o Plano de Intervenções Imediatas para a Secretaria de Serviços Urbanos da PMC, que acabaram não se efetuando em função a fatores de ordem políticos, agravados pela dispersão de técnicos alocadas à equipe.

Estes mesmos fatores não possibilitaram o prosseguimento das Análises para as Secretarias de Educação e Finanças. Também não se efetuou a atualização das Análises citadas o, que se faz necessário, em decorrência do caráter dinâmico da organização, prejudicados pelas mudanças que vem sendo realizadas pela nova administração.

Documentos Produzidos:

- . Análise da dinâmica organizacional e plano de intervenções imediatas para a Secretaria de Serviços Urbanos;
- . Análise de dinâmica organizacional da Secretaria de Obras;
- . Análise da dinâmica organizacional da Secretaria de Administração;
- . Análise financeira da prefeitura municipal de Cariacica - período: 1969 a 1981;
- . Análise de dinâmica organizacional da Secretaria de Saúde e Assistência Social;
- . Projeto executivo de limpeza pública e coleta de lixo em Cariacica; Análise do projeto do ponto de vista da operacionalização a nível de implantação do sistema proposto na Prefeitura Municipal.

PROJETO: ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA

ESTUDO BÁSICO DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

A proposta para elaboração da Política de Desenvolvimento Urbano para o Município de Cariacica, formulada em 1981, define como objetivo do Estudo Básico de Organização Sócio-Econômica o traçado do quadro da evolução social das atividades do município, tanto na intenção de identificar os suportes para o Desenvolvimento Urbano, como na de apresentar as exigências sociais.

Nesse sentido, definiu-se como necessária, a realização de diversos estudos e análises do município no que se refere à sua evolução histórica, seu papel econômico na Grande Vitória, seus recursos econômicos, mercado de emprego relativo à Grande Vitória, setor de construção civil, lazer-urbano, sistema educacional e saúde, objetivando a formulação de proposições com vista ao estabelecimento de políticas setoriais para:

- Habitação
- Abastecimento
- Educação/Cultura/Lazer
- Saúde
- Desenvolvimento Econômico/Emprego/Incentivo Econômico.

O documento preliminar do Estudo Básico da Organização Sócio-Econômica do Município de Cariacica, consiste basicamente em:

1. Descrição da metodologia adotada.
2. Características gerais do Município de Cariacica, contendo:
 - Breve histórico das transformações sócio-econômicas do Espírito Santo nas últimas décadas.

- Caracterização específica do Município de Cariacica:
 - . Evolução Histórica
 - . Papel Econômico na Grande Vitória
 - . Infra-estrutura Física do Município de Cariacica
(Transportes, equipamentos comunitários, saneamento etc).

- 3. Características Sócio-Econômicas dos Assentamentos do Município de Cariacica, setorizados por ATAD's - Área de Tratamento de Dados. (Formação dos bairros, características físicas, sócio-econômicas, número de habitantes, organizações, reivindicações etc).

- 4. Economia:
 - a) Setor agropecuário em Cariacica (Censo IBGE)
(produção 1960, 1970, 1975, valor da produção comercializada, participação na formação da renda do município).
 - Agricultura em Cariacica.
 - Estabelecimentos e áreas, segundo a utilização das terras em Cariacica.
 - Matas.
 - Produtores de banana e citrus/áreas de produção.
 - Citricultura.
 - Produtos oriundos de Cariacica, comercializados na CEASA/80.
 - Produção olerícola.
 - Produção animal.
 - Pecuária bovina.
 - Suinocultura.
 - Avicultura.
 - Produção do pessoal residente nos estabelecimentos em Cariacica vegetal/animal.
 - Sistema da posse da terra.
 - Condição do produtor em Cariacica.
 - Pessoal ocupado no setor agrícola.
 - Transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários
 - Resumo do setor agropecuário

b) Setor Industrial

c) Setor Rural (pesquisa de campo):

- Produção e comercialização agrícola no município de Cariacica.
- Produção agrícola na área rural de Cariacica:
 - . Principais culturas
 - . Caráter de atividade agrícola local
 - . Principais culturas por tamanho da propriedade
 - . Intermediação em relação ao tipo de produção:
 - . Relação de trabalho
 - . Estrutura fundiária
 - . Perspectivas de sobrevivência da produção agrícola nesta região
- Produção agrícola na área urbana:
 - . O que é cultivado
 - . Caráter da produção agrícola local
 - . Comercialização por tipo de cultura
 - . Relação de trabalho
 - . Tamanho da propriedade
 - . Perspectivas da produção agrícola na área urbana

d) Abastecimento de Cariacica (Dados Secundários)

- Comércio atacadista
- Comércio varejista:
 - . Feiras
 - . Mercarias e quitandas
 - . Mercados municipais e hortomercados
 - . Varejão
 - . Supermercados

e) Perspectivas econômicas para Cariacica:

- Hipóteses das perspectivas de crescimento econômico de cada ATAD.
- Considerações sobre a dinâmica das atividades urbanas de Cariacica.

5. Sistema Educacional:

- Alguns dados quantitativos:
 - . Número de escolas
 - . % população que frequenta escolas
- Algumas considerações das Supervisoras da Secretaria de Educação da Prefeitura.

6. Lazer - À nível da Grande Vitória (Dados Secundários)

- Lazer ativo:
 - . Praças públicas
 - . Clubes sociais
 - . Praias
 - . Futebol - Estádios
 - . Ginásios de Esportes
- Lazer passivo:
 - . Cinema
 - . Televisão
 - . Rádio
 - . Jornais e revistas
 - . Bibliotecas
 - . Galeria de Artes

7. Saúde: - Dados Secundários de Cariacica - 1978 - no contexto da Grande Vitória:

- Mortalidade infantil
- Mortalidade proporcional
- Mortalidade geral

Rede de serviços médicos existente hoje em Cariacica:

- Hábitos da população - formas de tratamento
- Quadro - hábitos alimentares

8. Movimento social em Cariacica

9. Anexos:

Tabelas do Estudo de População

- População
- Migração
- Ocupação
- Participação em organizações
- Lazer
- Abastecimento
- Trabalho mulher
- Alimentação
- Infra-estrutura
- Habitação
- Principais patologias
- Educação - frequência escolas

Para subsidiar o Estudo Básico Sôcio-Econômico, foram realizados uma série de estudos e levantamentos conforme lista que se segue:

1. Estudo da evolução histórica do município:

- Os aborígenas - tupis, tupiniquins e guaranis.
- Ocupação e colonização, chegada dos portugueses:
1957 - Roças Velhas - distrito de Vila Nova - Vitória
Início do Séclo XIX - com a cafeeira torna-se independente.
- A sociedade e a economia
1567 até meados do Séclo XIX - cultura canavieira
- 1850 - café
- Novembro/1980 - Decreto Lei Estadual nº 57 - Cariacica como vila, independente de Vitória.
- Década de 60 - erradicação do café
- Migração rural para periferia de Vitória - Cariacica - loteamentos e invasões.

Papel de Cariacica na Grande Vitória:

- 1) Habitação de população de baixa renda.
- 2) Serviços de transporte e armazenamento do comércio atacadista - BR-262.
- 3) Concentração de indústrias de pequeno e médio porte.
- 4) Concentração de algumas instituições do Estado - EMESPE, EMCAPA, Adauto Botelho, etc.

- Cariacica hoje - ocupação do solo desordenada, carente.

2. Análise do comportamento agropecuário em Cariacica, nos anos 1975/80 - (Fonte: Censo), tentando perceber o papel do município de Cariacica no contexto da Grande Vitória.

3. O comportamento dos setores econômicos: agropecuário, industrial, serviços em Cariacica e em relação a Grande Vitória. (Fonte: Censo). Análise do setor industrial e serviços.

4. Para perceber o papel do setor industrial em Cariacica em relação ao desempenho, geração de empregos, produtividade e evolução deste setor no contexto econômico de Cariacica e Grande Vitória, nos anos 60, 70 e 75 levantamos os seguintes dados:

- Relação das maiores empresas pagadoras de ICM no município (50 empresas) com o objetivo de perceber a participação de Cariacica no ICM do Estado).

- Relação das indústrias de Cariacica por ordem decrescente de tamanho em relação ao número de empregados.

Estas relações deram origem a uma pequena análise sobre o papel do setor secundário (industrial) em Cariacica.

5. Baseados nos dados do cadastro de ISS de Cariacica elaboramos:

- Relação da construção civil de Cariacica

Fonte: Prestação de Serviços do ISS (por bairro)

Indústria do ISS (por bairro)

Comércio do ISS (por bairro)

para perceber a dimensão das atividades ligadas à construção civil nos setores Prestação de Serviços, Industrial e Comércio para subsidiar a pesquisa de Produção da Habitação.

6. Esboço da pesquisa de produção da habitação, objetivos e bibliografia.

Discutir a viabilidade de se fazer essa pesquisa *in loco* e quem se responsabilizaria por ela.

7. Relação das indústrias existentes em Cariacica em 1980, por ordem cronológica do ano de fundação, visando perceber quando surge o maior número de indústrias em Cariacica.

8. Entrevistas com as empresas industriais mais importantes sobre o desempenho, plano de expansão, operação de empregos de cada uma delas.

9. Relação dos projetos, relativos ou incidentes em Cariacica (SENAC, SESI, SENAI, LBA, MOBREAL, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, etc).

10. Entrevistas com os responsáveis por estes órgãos, cuja atuação incide diretamente sobre Cariacica.

11. Relação dos produtores registrados na CEASA, segundo endereço, nome da propriedade, distância de Vitória, área (total e cultivada), transporte (próprio/frete), posse do imóvel, forma de associação, assis

tência técnica, crédito rural, cultura, área, produção estimada, com o objetivo de caracterizar os produtores registrados na CEASA.

12. Relação dos produtores de Cariacica cadastrados na CEASA, segundo culturas/áreas e produção estimada com o objetivo de perceber o número de produtores de Cariacica que utilizam a CEASA.
13. Relação dos produtores assistidos pela EMATER segundo área, localidade, meses de assistência técnica, área assistida, atividade, visando localizar a produção de determinados produtos no município e conhecer o papel da EMATER no município.
14. Relação dos produtores registrados na CEASA segundo a área ocupada e a localidade.
15. Relação dos produtores cadastrados na CEASA por endereço e área de propriedade visando selecionar amostra para pesquisa de campo.
16. Produtos comercializados na CEASA produzidos em Cariacica (quantidade em 80, 81 e 1º semestre de 82), para perceber a participação de Cariacica na CEASA em relação aos outros Estados no abastecimento.
17. Mapeamento e questionário respondido pela EMATER sobre os núcleos de produção de Cariacica - 1º diagnóstico do campo hoje.
18. Esboço da pesquisa rural *in loco* com questões levantadas quanto a:
 - Relações de propriedade e acesso à terra
 - Relações de mercado
 - Relações sociais

19. Esboço da pesquisa de abastecimento *in loco* segundo objetivos, questões e estratégia, com o objetivo fundamental de perceber como se dá a oferta e a demanda de produtos alimentares no município.
20. Esboço da pesquisa junto as lideranças das comunidades de Cariacica.
21. Contatos com as lideranças e comunidades de Cariacica.
22. Características físicas, econômicas e sociais de cada bairro.
23. Levantamento dos problemas de Cariacica, a partir de março/82 nos jornais de Vitória e de Cariacica.
24. Programa de saúde.
25. Programa de educação.
26. Relação das instituições, visão da realidade física de Cariacica quanto a serviços, atividades econômicas e sociais.
27. Documento - Perspectivas Econômicas para Cariacica.
28. Contato e coleta de dados no SINE de Cariacica visando perceber o fluxo de migração atual, a mobilidade de mão-de-obra e outros dados.

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Estudo básico do Uso e da Ocupação do Solo

Este estudo básico, de acordo com a proposta inicial, tem por objetivo fornecer informações sobre a evolução do uso do parcelamento e ocupação do solo urbano de modo a permitir a compreensão do desenvolvimento físico do município, detectar as tendências atuais e crescimento e avaliar suas consequências.

Para atingir tal finalidade, procedeu-se então uma série de levantamentos, pesquisas e análises e os produtos desses trabalhos podem ser assim listados:

a) Resultados de levantamentos:

- . Relação dos Loteamentos (Regulares, Irregulares e Clandestinos em Cariacica - Dados Físicos - 1946 a 1981.
- . Relação dos Loteamentos (Aprovados, Clandestinos e em Estudo) a partir de 1981.
- . Relação de Loteamentos Cadastrados em pesquisa de campo e não Listados na Relação Geral de Loteamentos.
- . Quadro das principais empresas loteadoras.
- . Quadro dos principais proprietários loteadores.
- . Relação de empresas do Ramo Imobiliário em Cariacica.
- . Listagem das propriedades particulares acima de 2ha.
- . Listagem das propriedades de empresas.

- . Listagem das propriedades rurais.
- . Listagem das propriedades dentro do perímetro urbano ainda cadastradas no INCRA.
- . Listagem de propriedades identificadas em campo, não loteadas, localizadas na área de expansão urbana classificadas segundo seu caráter legal e tamanho.
- . Plantas das áreas pertencentes a órgãos e empresas públicas com respectivo mapeamento.
- . Mapeamento de áreas em loteamentos destinadas a equipamentos urbanos.
- . Mapeamento de loteamentos, propriedades, infra-estrutura, cruzamento de dados, etc. conforme listagem em anexo.

b) Pesquisas Elaboradas:

- . Pesquisa de campo para identificação do uso e ocupação do solo.
- . Pesquisa sobre preço da terra.
 - Pesquisa em jornal
 - Pesquisa de campo.
- . Pesquisa com Empresas Imobiliárias
- . Pesquisa de campo para identificação de propriedades.

c) Documentos com Análises Preliminares:

- . Organização Espacial
- . Estudo Preliminar de Unidades de Planejamento
- . Mercado de Terras e Mercado Imobiliário em Cariacica.

- . Assentamentos Urbanos no Município de Cariacica
- . Relação dos Loteamentos do Município de Cariacica.
- . Parcelamento do Solo em Cariacica
 - A Evolução do Parcelamento e a Evolução da Ocupação.
 - Os Empreendedores de Loteamentos
 - Os Vazios Infra-Urbanos
 - Os Preços dos Lotes em Cariacica
 - Situação Legal dos Loteamentos.

ANEXOS

LISTAGEM DOS MAPEAMENTOS COM SUAS RESPECTIVAS ESCALAS

- . Limites Inter-municipal e Distrital - Perímetro Urbano - Reserva Florestal - Ex.: 1:50.000.
- . Limite Municipal - Esc. 1:20.000
- . Áreas de Expansão da CESAN
- . Toponímia - Esc. 1:50.000
- . Levantamento Aerofotogramétrico - Esc. 1:20.000 (Aproximado)
- . ATAD'S e Setores censitários - Esc. 1:50.000
- . Linhas de ônibus do Município de Cariacica - Esc. 1:10.000
- . Locação dos Loteamentos do Município de Cariacica/Zoneamentos Cadastral Esc. 1:50.000.
- . Áreas de Iluminação Pública - Esc. 1:10.000
- . Áreas com Energia Elétrica - Esc. 1:10.000
- . Sistema Viário - Esc. 1:20.000
- . Distribuição Espacial dos Assentamentos/Configuração Atual - Esc. 1:10.000.
- . Linhas de Transporte Coletivo - Esc. 1:10.000
- . Linhas de Alta-Tensão - Esc. 1:10.000
- . Loteamentos por Data de Aprovação - Esc. 1:10.000
- . Densidade Populacional - Esc. 1:10.000

- . Loteamentos e Zonas Fiscais - Esc. 1:20.000
- . Densidade Populacional - Esc. 1:20.000
- . Distribuição Espacial dos Assentamentos/Mancha de Ocupação - Esc.
1:20.000
- . Distribuição Espacial dos Assentamentos/Configuração Atual - Esc.
1:20.000
- . Distribuição Espacial dos Loteamentos por Décadas de Aprovação - Esc.
1:20.000
- . Mapa de Loteamentos - Esc. 1:10.000
- . Mancha Urbanizada e Renda Familiar - Esc. 1:50.000
- . Atualização do Mancha Urbana - Esc. 1:10.000
- . Áreas Atendidas com Iluminação Pública - Esc. 1:20.000
- . Áreas Atendidas com Energia Elétrica - Esc. 1:20.000
- . Áreas Homogêneas quanto ao Uso Predominante - Esc. 1:20.000
- . Áreas Homogêneas por Padrões e Tipologias Construtivas - Esc. 1:20.000
- . Evolução Urbana/1970 a 1982 - Esc. 1:20.000
- . Áreas Homogêneas quanto à Consolidação - Esc. 1:20.000
- . Área Urbanizada - Esc. 1:20.000
- . Estrutura da Ocupação Urbana - Esc. 1:20.000
- . Estrutura Fundiária - Esc. 1:20.000
- . Restrições Físicas à Ocupação - Esc. 1:20.000
- . Ocupação Atual dos Loteamentos - Esc. 1:20.000
- . Divisão de ATAD'S, Setores Censitários e Bairros - Esc. 1:20.000

- . Declividade - Esc. 1:20.000
- . Distribuição Espacial dos Assentamentos/Configuração Atual/Esc. 1:1.000
- . Atualização da Mancha Urbana e Setores Censitários - Esc. 1:10.000
- . Restrições Físicas à Ocupação (Relativa e Absoluta) - Esc. 1:20.000.

ESTUDO BÁSICO DO MEIO AMBIENTE

1. OBJETIVO GERAL

Fornecer ao projeto, a Prefeitura e aos órgãos interessados, informações básicas para elaboração de trabalhos como legislação urbana, localização de áreas urbanizadas, localização de equipamentos, identificação de problemas ambientais, elaboração de projetos de esgotos ou a captação de água, etc.

2. ESCOPO

O trabalho consta de cinco partes:

1. Geologia e Pedologia:

- Estudos geológicos
- Estudos de solos
- Interesse imediato:
 - a) Considerações sobre os solos de Cariacica
 - b) Proteção dos barrancos no solo-barreiras - erosão

2. Hidrologia:

- Características físicas, morfológicas e hidrológicas das bacias:
 - . Duas Bocas
 - . Vasco Coutinho
 - . Santa Maria*
 - . Piranema ou Itanguã
 - . Campo Grande ou Maria Preta
 - . Jardim América*
 - . Formate/Marinho*
 - . Bubu*

*Inclusive, qualidade das águas nas bacias assinaladas.

- Interesses:
 - . Vazões máximas e mínimas
 - . Previsões de enchentes
- Análise do Plano Diretor de Esgotos da Grande Vitória.

3. Clima:

- Características gerais
- Precipitações/umidade
- Ventos
- Temperaturas

4. Biogeografia:

- Análise do recobrimento primário vegetal
- Situação atual vegetação (sobre fotos 78)
- Mapeamento de animais do mangue
- Relação de animais classificados na reserva de Duas Bocas

5. Relatório final:

- Considerações gerais
- Propostas de áreas de proteção
- Análise das influências de urbanização sobre o clima

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CARIACICA

ESTUDO BÁSICO DE POPULAÇÃO

1. OBJETIVO

Este estudo tem por objetivo fornecer ao planejamento do Município, um quadro quantitativo e qualitativo da população, de modo a permitir a formulacão de hipóteses adequadas quanto ao dimensionamento dos problemas.

2. ESCOPO

Parte I

1. Evolução da População
2. Mortalidade/mortandade
3. Fecundidade/Natalidade
4. Repartição por Idades e Sexos da População de Cariacica
5. Migração - Quantos Imigram/Quem Imigra?

Parte II

Composição da População

- A. O que faz a População?
- B. Como vive a população em Cariacica?
- C. Em que condições vive a população de Cariacica?

- CONCLUSÕES

- ANEXOS

a) Tabelas

b) Mapas

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CARIACICA

LISTAGEM DE CARTOGRAFIA, GRÁFICOS E OUTROS DOCUMENTOS DE SUPORTE

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem o objetivo de apresentar a ordenação da cartografia existente relativa à Política de Desenvolvimento Urbano de Cariacica. Primeiramente vimos a necessidade de separar todos os mapas que contêm alguma informação do município de Cariacica, seguindo critérios de utilização dos mesmos. Apresentamos a cartografia classificada da seguinte forma:

- Bases Cartográficas;
- Mapas de Levantamento;
- Mapas-Base e Mapas de Informação.

Esta divisão foi feita no sentido de simplificar a utilização dos mapas para as análises e propostas a serem discutidas na formulação da Política Urbana. Além de permitir o início do processo de organização da cartografia que será levada no bojo do produto final desta mesma Política.

2. RELAÇÃO DE MAPAS

- BASES CARTOGRÁFICAS

- 1) Carta do IBGE - Esc. 1:50.000
- 2) Ampliação da Carta do IBGE - Esc. 1:20.000
- 3) Planta Cadastral - Esc. 1:20.000
- 4) Redução da Planta Cadastral - Esc. 1:10.000
- 5) Redução da Planta Cadastral - Esc. 1:5.000
- 6) Levantamento Aerofotogramétrico

- MAPAS DE INFORMAÇÃO

- 1) Foto-Índice - Esc. 1:50.000
- 2) Foto-Índice - Esc. 1:20.000
- 3) Limites Inter-municipal e Distrital - Perímetro Urbano - Reserva Florestal - Esc. 1:50.000
- 4) Limite Municipal - Esc. 1:20.000
- 5) Mapa Índice da Escala 1:5.000 - Esc. 1:50.000
- 6) Setores Censitários - Esc. 1:4.444
- 7) Recobrimento Cadastral Planimétrico - Esc. 1:4.444
- 8) Áreas de Expansão da CESAN
- 9) Toponímia - Esc. 1:50.000
- 10) Planta da Estrada de Piranema - Esc. 1:1.000
- 11) Reurbanização da Rua Expedito Garcia
- 12) Levantamento Aerofotogramétrico - Esc. 1:20.000 (Aproximada)

- MAPAS DE LEVANTAMENTO

- 1) ATAD'S e Setores Censitários - Esc. 1:5.000
- 2) Linhas de Ônibus do Município de Cariacica - Esc. 1:10.000
- 3) Locação dos Loteamentos do Município de Cariacica/Zoneamento Cadastral - Esc. 1:5.000
- 4) Áreas de Iluminação Pública - Esc. 1:10.000
- 5) Áreas com Energia Elétrica - Esc. 1:10.000
- 6) Sistema Viário - Esc. 1:20.000
- 7) Distribuição Espacial dos Assentamentos/Configuração Atual - Esc. 1:10.000
- 8) Linhas de Transporte Coletivo - Esc. 1:10.000
- 9) Delimitação Zonas de Uso para Trabalho da População - Esc. 1:5.000
- 10) Mapa de Ruas - Esc. 1:5.000
- 11) Mancha Urbana e Renda Familiar da Grande Vitória - Esc. 1:50.000
- 12) Bairros de Cariacica - Esc. 1:10.000
- 13) Sistema Viário Básico - Esc. 1:10.000
- 14) Linhas de Alta-Tensão - Esc. 1:10.000
- 15) Loteamentos por Data de Aprovação - Esc. 1:10.000
- 16) Densidade Populacional - Esc. 1:10.000

- MAPAS BASE (COPIATIVOS)

- 1) Setores Censitários - Esc. 1:50.000
- 2) Definição das ATAD'S da Grande Vitória - Esc. 1:50.000
- *3) Densidade da Grande Vitória - Esc. 1:50.000
- *4) Definição das ATAD'S - Esc. 1:20.000
- *5) Loteamentos e Zonas Fiscais - Esc. 1:20.000

*Estes Mapas podem ser encontrados no setor de desenho do IJSM.

- 6) Invasão Rio Marinho - Esc. 1:10.000
- 7) Invasão Rio Marinho - Esc. 1:5.000 e 1:2.000
- *8) Zonas Fiscais - Esc. 1:8.000
- 9) Densidade Populacional - Esc. 1:20.000
- 10) Sistema Viário e Transporte Coletivo - Esc. 1:20.000
- 11) Distribuição Espacial dos Assentamentos/Mancha de Ocupação - Esc. 1:20.000
- 12) Distribuição Espacial dos Assentamentos/Configuração Atual - Esc. 1:20.000
- 13) Distribuição Espacial dos Loteamentos por Década de Aprovação - Esc. 1:20.000
- 14) Mancha Urbana - Esc. 1:20.000
- 15) Mapa de Loteamentos - Esc. 1:10.000
- 16) Município de Cariacica - Esc. 1:10.000
- *17) Definição dos ATAD'S - Esc. 1:10.000
- 18) Mancha Urbanizada e Renda Familiar - Esc. 1:50.000
- *19) Equipamentos Sociais Urbanos - Esc. 1:20.000
- 20) Atualização da Mancha Urbana - Esc. 1:10.000
- 21) Proposta para Áreas Prioritárias de Investimentos - Esc. 1:20.000 (em discussão)
- 22) Setores Censitários - Esc. 1:10.000
- 23) Atualização da Mancha Urbana e Setores Censitários - Esc. 1:10.000
- 24) Áreas Atendidas com Iluminação Pública - Esc. 1:20.000
- 25) Áreas Atendidas com Energia Elétrica - Esc. 1:20.000
- 26) Áreas Homogêneas quanto ao Uso Predominante - Esc. 1:20.000
- 27) Áreas Homogêneas por Padrões e Tipologias Construtivas - Esc. 1:20.000

- 28) Evolução Urbana/1970 e 1982 - Esc. 1:20.000
- 29) Áreas Homogêneas quanto à Consolidação - Esc. 1:20.000
- 30) Área Urbanizada - Esc. 1:20.000
- 31) Estrutura da Ocupação Urbana - Esc. 1:20.000
- *32) Perfil Esquemático do Município de Cariacica desde a Baía de Vitória até a Represa de Duas Bocas.
- 33) Hidrografia - Esc. 1:50.000
- 34) Hidrografia e Atividades Poluídas - Esc. 1:50.000
- 35) Mapeamento Vegetacional - Esc. 1:20.000
- 36) Mapeamento Fitogeográfico do Manguezal do Rio Bubu - Esc. 1:5.000
- 37) Perfil Vegetacional nº 3/Capoeira Baixa sobre Barreiras - Esc. 1:100
- 38) Perfil Vegetacional nº 2/Mata Alta de Restinga - Esc. 1:100
- 39) Perfil Vegetacional nº 1/Mangue de Avicennia - Esc. 1:100
- 40) Deficiências Hídricas (125mm de Armazenamento) - Esc. 1:400.000
- 41) Isotermas Anuais - Esc. 1:400.000
- 42) Províncias Termiais - Esc. 1:400.000
- 43) Bioclima e Associações Fitogeográficas Primitivas - Esc. 1:400.000
- 44) Índice Hídrico - Esc. 1:400.000
- 45) Precipitação Total Anual em mm - Esc. 1:400.000
- 46) Mapeamento Pedológico - Esc. 1:20.000
- 47) Mapeamento Geológico - Esc. 1:20.000
- 48) Mapa Geológico - Esc. 1:250.000
- 49) Articulação do Mapeamento/Meio-ambiente - Esc. 1:100.000
- 50) Áreas de Interesse Ecológico - Esc. 1:20.000
- 51) Estrutura Fundiária - Esc. 1:20.000

- 52) Restrições Físicas à Ocupação* - Esc. 1:20.000 (1 Prancha)
- 53) Ocupação Atual dos Loteamentos - Esc. 1:20.000
- 54) Divisão de ATAD'S; Centros Censitários e Bairros - Esc. 1:20.000
- 55) Bacias Hidrográficas - Esc. 1:20.000
- 56) Declividade - Esc. 1:20.000
- 57) Restrições Geológicas à Ocupação - Esc. 1:20.000
- 58) Distribuição Espacial dos Assentamentos/Configuração Atual -
Esc. 1:10.000
- 59) Restrições Físicas à Ocupação (Relativa e Absoluta) - Esc. 1:20.000
(4 Pranchas) 1983.
- 60) Município de Cariacica - Esc. 1:10.000

OUTROS DOCUMENTOS PRODUZIDOS

QUADRO DESCRITIVO DAS ATAD's DO MUNICÍPIO

Neste documento Cariacica está apresentada por ATAD's (Área de Tratamento de Dados), fornecendo dados físicos, sociais e econômicos que servirão de base para uma análise maior do município.

QUADRO GERAL DO MUNICÍPIO, VERSÃO PRELIMINAR

A elaboração deste documento se deu a partir do cruzamento do material dos cinco estudos básicos. Objetiva-se com ele embasar as discussões da 2ª etapa, fundamentais para a formulação da P.D.U.

Compõem o documento:

1. Evolução Histórica do Município;
2. Quadro Atual do Município de Cariacica:
 - 2.1. Caracterização da população
 - 2.2. Organização Social e Equipamentos Sócio-Comunitários
 - 2.3. Situação Econômica
 - 2.4. Ocupação Urbana
3. Principais Problemas do Município:
 - 3.1. Inter-relações do município no quadro da Grande Vitória
 - 3.2. Problemas específicos do município.

OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA O MUNICÍPIO DE CARIACICA (Minuta de proposta a ser discutida com a PMC)

Os objetivos gerais consigam metas a longo prazo, não definidas concretamente. Estes objetivos não são quantificáveis, mas definem rumos e intenções gerais, mesmo que fora do alcance direto da administração municipal.

Estes objetivos gerais, se desdobram em objetivos específicos de Políticas Setoriais permitindo a elaboração de Planos Gerais e Específicos de Ação.

São consideradas três políticas setoriais:

- A Política Ambiental e Urbana
- A Política Social e Econômica
- A Política Jurídico Administrativa

MINUTA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

A Legislação Urbanística tem por objetivo atender a Política de Desenvolvimento Urbano de Cariacica.

A partir de uma demanda da Prefeitura Municipal de Cariacica para elaboração da Lei de Posturas Municipais e Código de Obras, a equipe de elaboração da P.D.U. após algumas discussões com os técnicos da PMC concluiu que para o município era mais interessante a existência imediata da Lei de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Perímetro Urbano, sem desconsiderar o Código de Obras e a Lei de Posturas. Para tanto foi minutada os seguintes documentos:

- Lei de Uso e Ocupação do Solo
- Lei de Postura
- Lei de Parcelamento

Vale ressaltar que tais minutas deverão ainda ser discutidas por toda a equipe do C.40, setores afins do IJSN e pela PMC.

